

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Caixa começa a cobrar juros menores para financiamento imobiliários

Veículo: D24AM

Data: 24.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/caixa-comeca-a-cobrar-juros-menores-para-financiamento-imobiliario/>

ECONOMIA

Publicado em 24 de setembro de 2018 às 10:11

Caixa começa a cobrar juros menores para financiamento imobiliário

A redução vale para imóvel de até R\$ 1,5 milhão. As taxas mínimas do SFI passam de 9,5% ao ano para 8,75% ao ano. E a taxa máxima cai de 11% para 10,25% ao ano

Agência Brasil / redacao@diarioam.com.br



Brasília – Começam a valer nesta segunda-feira (24) as novas taxas de juros de financiamento imobiliário da Caixa Econômica Federal. No último dia 14, o banco informou que reduziu em 0,75 ponto percentual as taxas de juros do crédito para compra de imóveis enquadrados no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).



A redução vale para imóvel de até R\$ 1,5 milhão (Foto: Agência Brasil/Arquivo Tomaz Silva)

A redução vale para imóvel de até R\$ 1,5 milhão. As taxas mínimas do SFI passam de 9,5% ao ano para 8,75% ao ano. E a taxa máxima cai de 11% para 10,25% ao ano.

A Caixa também informou também que, a partir de novembro, oferecerá um novo serviço de avaliações de imóveis, disponibilizando laudo diretamente para pessoas físicas e jurídicas.

Segundo o banco, o Caixa Avalia é uma plataforma que vai permitir a venda de avaliações pelo site com contratação 100% digital.

Reduções de juros

Em abril, a Caixa reduziu em até 1,25 ponto percentual as taxas de juros do crédito imobiliário para operações com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

O limite de cota de financiamento do imóvel usado subiu de 50% para 70%. A Caixa também retomou o financiamento de operações de interveniente quitante (imóveis com produção financiada por outros bancos) com cota de até 70%.

Em julho, o banco reduziu em média de 1 a 2 pontos percentuais ao ano as taxas do crédito imobiliário para pessoa jurídica.

Em agosto, promoveu uma redução de até 0,5 ponto percentual das taxas de juros do crédito imobiliário para operações com recursos do SBPE.

O limite de cota de financiamento de imóveis usados para pessoa física subiu de 70% para 80%.

A Caixa tem R\$ 85 bilhões disponíveis para o crédito habitacional este ano. No primeiro semestre, foram contratados mais de R\$ 40 bilhões.

O banco tem cerca de 70% das operações para aquisição da casa própria.

Operado com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o SFH financia imóveis de até R\$ 800 mil em todo o país, exceto para Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, onde o teto corresponde a R\$ 950 mil.

Os imóveis residenciais acima dos limites do SFH são enquadrados no SFI, que financia imóveis com recursos de poupança.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Construção civil pede manutenção de tributação especial

Veículo: R7

Data: 20.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://noticias.r7.com/economia/construcao-civil-pede-manutencao-de-tributacao-especial-20092018>

Construção civil pede manutenção de tributação especial

Setor alega que terá prejuízo com o fim do sistema tributário especial criado pelo governo em 2004

ECONOMIA

Agência Brasil

© 20/09/2018 - 15h33 (Atualizado em 20/09/2018 - 15h33)



A-

A+



eco-construção civil-emprego
Antonio Cruz/Arquivo Agência Brasil

O presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), José Carlos Martins, alertou nesta quarta-feira (20) que, caso o prazo da tributação especial para obras do MCMV (Minha Casa, Minha Vida) não seja prorrogado, o setor terá um prejuízo de 5% nos contratos do programa. Segundo ele, o

assunto foi discutido durante a reunião que teve com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto.

Esse sistema tributário foi criado em 2004, com o objetivo de reduzir os custos fiscais dessas obras, de forma a estimular a construção de moradias para a população de baixa renda. “Foi criado, no MCMV, um sistema de tributário específico que vence no final deste ano. [O problema é que] existem contratos em andamento que, caso esse prazo não seja prorrogado, resultarão em um prejuízo da ordem de 5% do valor de contrato”, disse Martins após o encontro com Michel Temer.

veja também

- **Construção civil perdeu 432 mil empregos formais entre 2015 e 2016**
- **Índice de custo da construção civil aumenta em agosto**
- **Autoridades flagram trabalhadores da construção civil em situação degradante**

Perguntado sobre como a reivindicação foi recebida por Temer, Martins comentou que o presidente “simplesmente disse que ia estudar [a questão] e que nos próximos dias daria uma resposta”.

Martins reivindicou também mais recursos para a manutenção do Minha Casa, Minha Vida. Segundo ele, “hoje o MCMV representa 65% de todo o mercado imobiliário no Brasil. Estamos com 2 milhões de

trabalhadores que têm como principal produto o MCMV. Isso mostra a importância que esse programa tem hoje no mercado imobiliário”.

Martins sugeriu que a garantia desses recursos poderia vir, em parte, do remanejamento, via portaria do Ministério das Cidades, de recursos excedentes em alguns estados, com destino a estados onde faltam recursos. “É no final de 2017 que se define os recursos para 2018. Se falta recursos para um estado, sobra de outro. Isso exige a necessidade de um remanejamento, que pode ser feito por portaria do Ministério das Cidades. Existem também casos em que os orçamentos para mobilidade [urbana] não foram totalmente usados”, disse.

Martins criticou também a Petrobras por ter aumentado significativamente o preço do asfalto, o que tem prejudicado algumas obras rodoviárias. “A Petrobras aumentou unilateralmente o preço do asfalto, que representa 40% do custo de algumas obras rodoviárias. De novembro [de 2017] a agosto [de 2018], ela aumentou esse custo em 65%. E até esse instante o Dnit [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte] não criou uma instrução normativa que resolva como serão reajustados esses contratos”, disse o dirigente da Cbic.

Segundo ele, o presidente Temer disse que pedirá ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, que “tome providências”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Setor da construção debate eleições presidenciais em outubro

Veículo: CBIC Mais

Data: 21.09.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_157.pdf

SETOR DA CONSTRUÇÃO DEBATE ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM OUTUBRO

**ESTRATEGISTA POLÍTICO APRESENTARÁ PANORAMA ELEITORAL DO PRIMEIRO TURNO
DAS ELEIÇÕES AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE**

Divulgação



O estrategista político Gustavo Márcio Coimbra, mestre em Ação Política pela *Universidad Rey Juan Carlos* e fundador da Casa Política, confirmou presença para a próxima reunião do Conselho de Administração da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que será realizada no dia 3 de outubro, em Brasília, e que terá como foco as eleições presidenciais de 2018. O objetivo do encontro é apresentar um panorama eleitoral diante do primeiro turno das eleições presidenciais

deste ano, que ocorrerá no dia 7 de outubro.

Também participarão o jornalista e consultor, Gustavo Krieger, e o coordenador de Relações Institucionais da CBIC e sócio-diretor da Foco Assessoria e Consultoria, Luís Henrique Macedo Cidade, que juntos vão falar sobre o tema eleições. Mais informações serão oportunamente divulgadas.

Programe-se!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Diálogo TCU/CBIC é retomado e promete melhorar o desenvolvimento da infraestrutura nacional

Veículo: CBIC Mais

Data: 21.09.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_157.pdf

Diálogo TCU/CBIC é retomado e promete melhorar o desenvolvimento da infraestrutura nacional

Em concorrido encontro nesta quinta-feira (20/08), no auditório da Escola Superior do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, representantes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e do Tribunal de Contas da União (TCU) retomaram o Diálogo TCU/CBIC, reabrindo o ciclo de debates realizados entre 2013 e 2014, que resultou na Cartilha CBIC/TCU – um manual de fiscalização de obras do País, denominado Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas. <https://cbic.org.br/migracao/sites/default/files/Cartilha%20CBIC-TCU.pdf> “O principal resultado da reunião de hoje foi a convergência de objetivos, não só de identificar as principais causas das obras paralisadas pelo País, mas de atuar sobre elas e ter

instrumentos para reduzir os fenômenos que estão gerando sua paralisação”, salienta o presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge.

“Tenho certeza de que esse evento terá bons resultados para o futuro do nosso País”, completa o presidente da CBIC, José Carlos Martins, ao mencionar a importância da retomada desse diálogo, onde foram discutidos assuntos extremamente delicados, de forma transparente, via Facebook @CBICBrasil e que pode ser conferido, **clikando aqui**.

Durante o diálogo técnico foram debatidos os gargalos que envolvem a execução de obras públicas de infraestrutura do País. Ao discutir conceitos de sobrepreço e superfaturamento; aditivos contratuais, compensações entre acréscimos e supressões em obras públicas e efeitos e custos de paralisação de obras financiadas com recursos federais, “ficou muito claro que é importante que os construtores conheçam em detalhes as realidades do TCU, assim como temos que mostrar para o TCU a realidade do dia a de contratos, de participação em licitações e dos canteiros de obras”, destacou Lima Jorge.

“Essa aproximação vai continuar. Vamos fazer um ciclo de debates ao longo de 2019, que resultará na melhoria do desenvolvimento da infraestrutura no Brasil, que é o desejo de todos nós”, disse.

O encontro contou com a participação de Nicola Espinheira da Costa Khoury, coordenador geral da Comissão de Infraestrutura do TCU (Coinfra); Evaristo Augusto Pinheiro, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon); Luiz Fernando Ururahy de Souza, da Secretaria de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil; Luiz Fernando Santos Reis, presidente da Associação de Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro (Aeerj); Bruno Martinello Lima, dirigente da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana; José Eugênio Gizzi, vice-presidente da CBIC, e Fernando Vernalha, consultor da CBIC. Apresentações realizadas durante o evento estão disponíveis no site da COP/CBIC e podem ser acessadas, **clikando aqui**. Já as fotografias podem ser conferidas no link <https://www.flickr.com/photos/cbicfotos/albums/72157698340123802>

A cobertura completa do evento, realizado pela COP/CBIC, em correalização com o Senai Nacional, será divulgada no **CBIC Mais** de amanhã, dia 21 de setembro. Confira!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Emprego na construção cresce 0,56% entre junho e julho no País, diz SindusCon-SP

Veículo: Isto É

Data: 21.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://istoe.com.br/emprego-na-construcao-cresce-056-entre-junho-e-julho-no-pais-diz-sinduscon-sp/>

ECONOMIA

Emprego na construção cresce 0,56% entre junho e julho no País, diz SindusCon-SP

Estadão Conteúdo

🕒 21/09/18 - 13h31

O setor de construção civil contratou 13,1 mil pessoas em julho e encerrou o mês com 2,345 milhões de postos de trabalho, alta de 0,56% em comparação com junho. Já em comparação com julho do ano passado, o setor registrou uma queda de 1,23%, correspondente a 29,2 mil demissões no período.

Os dados são da pesquisa realizada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em informações do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

Na comparação de julho com junho, a maioria dos segmentos registrou alta na quantidade de vagas de trabalho, como foram os casos dos serviços de engenharia e arquitetura (1,48%), infraestrutura (0,78%) e preparação de terreno (0,73%).

Segundo o Sinduscon-SP, o crescimento nesses meses é pontual e deve ser visto com cautela, uma vez que no acumulado do ano, o nível de emprego no setor ainda aponta para uma retração.

Na análise de 12 meses, houve queda em quase todos os segmentos da construção civil, como obras de acabamento (-3,38%), serviços imobiliários (-3,04%) e incorporação de imóveis (-2,98%). As exceções foram engenharia e arquitetura (4,83%) e obras de instalação (1,31%).

Na estratificação por regiões, os resultados de julho frente a junho mostram elevação do emprego em todas as regiões: Nordeste (0,14%), Sul (0,28%), Sudeste (0,45%), Centro-Oeste (1,18%) e Norte (3,04%).

PIB da construção

Nesta semana, o Sinduscon-SP e a FGV revisaram suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) da construção civil no ano. Anteriormente, havia a expectativa de um crescimento de até 0,5% para este ano.

Agora, dois cenários se delineiam. Se o PIB nacional crescer 1,4%, o da construção deverá cair 0,6%. E se o PIB nacional evoluir apenas 1,1%, o da construção deverá registrar baixa de 1,0%.

“O cenário dos últimos meses, agravado pela incerteza eleitoral, contribuiu decisivamente para que não se resgatasse a confiança dos investidores, revertendo a expectativa de que a construção voltaria a crescer em 2018”, afirmou o presidente do SindusCon-SP, José Romeu Ferraz Neto, em nota distribuída à imprensa.

Entre os fatores que impactaram o cenário ao longo do ano estão o declínio nas expectativas dos empresários do setor; o impacto negativo sobre os investimentos devido à persistência do alto grau de incerteza com o quadro eleitoral; e o baque da greve dos caminhoneiros sobre a indústria de materiais, cuja produção não se recuperou totalmente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Leilões de imóveis ofertam preços bem abaixo do mercado pela internet

Veículo: D24AM

Data: 23.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/leiloes-de-imoveis-ofertam-precos-bem-abaixo-do-mercado-pela-internet/>

ECONOMIA

Publicado em 23 de setembro de 2018 às 11:41

Leilões de imóveis ofertam preços bem abaixo do mercado pela internet

Moradores do Amazonas, assim como do resto do País, têm oportunidades para adquirir imóveis, em dois leilões realizados pela internet. São disponibilizados casas, apartamentos, salas e terrenos

Da Redação / redacao@diarioam.com.br



Manaus – Consumidores do Amazonas e do resto do País têm oportunidades para adquirir imóveis, em dois leilões realizados pela internet. São casas, apartamentos, salas e terrenos com preços bem abaixo dos vendidos no mercado imobiliário.



O método usado na internet é o mesmo de qualquer leilão: quem der o maior lance, leva a oferta (Foto: Daniel Teixeira/Agência Estado)

Um deles é da Zukerman Leilões, que realiza, neste mês, o leilão de 300 imóveis das instituições financeiras como Bradesco, Itaú, Santander e Pan. As propriedades oferecidas são casas e apartamentos residenciais – ocupados e desocupados – de Patrimônio e de Alienação Fiduciária, processo em que o bem é dado como garantia de crédito ao banco.

Os valores dos imóveis vão de R\$ 9.900 (Terreno – PA – Redenção) a R\$ 4.013.600,00 (Apartamento – MG – Lourdes).

Todos os bens estão concentrados no Amazonas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraná, Mato Grosso, Pará, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Maranhão, Ceará, Distrito Federal, Sergipe, Alagoas, Acre e Espírito Santo.

Os interessados podem participar, remotamente, pela plataforma on-line da Zukerman leilões, realizando **um cadastro prévio no site da empresa**. Podem, também, comparecer na Avenida Angélica, nº 1996, em São Paulo.

Santander

Só neste mês, o Santander realiza três leilões pela Sold, dois deles ocorrem nesta segunda-feira (24) e na próxima sexta (28).

São 143 unidades residenciais e comerciais, entre casas, apartamentos, salas e terrenos. Além do Amazonas, os imóveis ficam em São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Pará, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo.

Os lances iniciais variam entre R\$ 73.800 e R\$ 3,5 milhões. Esses lotes, com desconto de até 62%, já estão abertos e podem ser visitados mediante agendamento através do e-mail imoveis.sac@sold.com.br. Todos podem ser consultados, pelo link www.sold.com.br/santander.

Para quem está em busca de propriedades residenciais, em São Paulo, há uma casa no município Bebedouro, com lance inicial de R\$ 133 mil, disponível para lances até o dia 24. Até essa data, é possível arrematar, também, uma casa em Parauapebas, no Pará, com três quartos, garagem e lance inicial de R\$ 189 mil.

Há imóveis desocupados que podem ser visitados mediante agendamento e o Santander possibilita o financiamento em até 420 meses, oferecendo a menor taxa em crédito imobiliário, desconto para pagamento à vista e débitos de condomínio e IPTU quitados.

Os leilões são abertos a qualquer pessoa. Basta se cadastrar no [site da Sold](#), criar um login e senha e se habilitar para ofertar lances no leilão de interesse. A partir daí, basta acompanhar os lances no dia marcado para o encerramento. O método usado na internet é o mesmo de qualquer leilão: quem der o maior lance, leva a oferta.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mercado aumenta novamente estimativa de inflação para 4,28% este ano

Veículo: Em Tempo

Data: 24.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d.emtempo.com.br/economia/121760/mercado-aumenta-novamente-estimativa-de-inflacao-para-428-este-ano>

Mercado aumenta novamente estimativa de inflação para 4,28% este ano

A redução do PIB deste ano também está inclusa na avaliação das instituições

KELLY OLIVEIRA/AGÊNCIA BRASIL | 24 de setembro de 2018 - 09:01



De acordo com o mercado financeiro, a Selic deve permanecer em 6,5% ao ano até o fim de 2018 | Foto: Divulgação

A estimativa de instituições financeiras para a inflação neste ano subiu pela segunda vez seguida. De acordo com pesquisa do Banco Central (BC), divulgada às segundas-feiras, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ficar em 4,28%.

Na semana passada, a projeção estava em 4,09%.

Para 2019, a projeção da inflação também subiu: de 4,11% para 4,18%. Para 2020, a estimativa segue em 4% e, para 2021, passou de 3,92% para 3,97%.

A projeção do mercado financeiro ficou mais próxima do centro da meta deste ano, que é 4,5%. Essa meta tem limite inferior de 3% e superior de 6%. Para 2019, a meta é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

Já para 2020, a meta é 4% e 2021, 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para os dois anos (2,5% a 5,5% e 2,25% a 5,25%, respectivamente).

Taxa básica

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como instrumento a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 6,5% ao ano.

De acordo com o mercado financeiro, a Selic deve permanecer em 6,5% ao ano até o fim de 2018.

Para 2019, a expectativa é de aumento da taxa básica, terminando o período em 8% ao ano e permanecendo nesse patamar em 2020 e 2021.

Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação.

A manutenção da taxa básica de juros, como prevê o mercado financeiro este ano, indica que o Copom considera as alterações anteriores suficientes para chegar à meta de inflação.

Crescimento econômico

As instituições financeiras revisaram a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

Para 2018, a previsão passou de 1,36% para 1,35% e, para o próximo ano, permanece em 2,5%.

Câmbio

A expectativa para a cotação do dólar subiu de R\$ 3,83 para R\$ 3,90 no fim deste ano, e de R\$ 3,75 para R\$ 3,80, ao término de 2019.

Na última sexta-feira, o dólar fechou o dia cotado a R\$ 4,0477 para venda, com baixa de 0,59%.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Setor da construção acumula perda de 14,2 mil vagas de empregos formais em 12 meses, resultado da falta de investimento.

Veículo: CBIC Mais

Data: 21.09.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_157.pdf

SETOR DA CONSTRUÇÃO ACUMULA PERDA DE 14,2 MIL VAGAS DE EMPREGOS FORMAIS EM 12 MESES, RESULTADO DA FALTA DE INVESTIMENTO

APESAR DA GERAÇÃO DE 11,8 MIL EMPREGOS EM AGOSTO, RITMO DE RECUPERAÇÃO AINDA É INSUFICIENTE



No acumulado dos últimos 12 meses, encerrado em agosto/2018, o setor da construção registra um resultado negativo de 14,2 mil vagas de empregos formais. O resultado demonstra que o ritmo de melhora do mercado de trabalho da construção ainda é insuficiente para recuperar as vagas perdidas de agosto/2017 a agosto/2018. “Nos últimos 12 meses, acabamos perdendo 14,2 mil empregos. Continuamos insistindo que a falta de condições para o investimento é que está gerando essa perda. O Brasil não terá um crescimento sustentável se não for gerado emprego baseado no investimento”, aponta o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Segundo dados divulgados nesta sexta-feira (21/09) pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, o mercado de trabalho formal brasileiro apresentou melhora em agosto, com a geração de 110,4 mil vagas. A construção civil contribuiu para esse fim, com a criação de 11,8 mil empregos formais no mês de referência. O resultado é superior ao verificado no mesmo mês do ano passado, quando foram geradas 1,02 mil vagas. No ano, de janeiro a agosto/2018, o saldo acumulado foi positivo em 65,4 mil empregos, enquanto no mesmo período de 2017, o saldo foi negativo em 30,3 mil vagas. Segundo


dados do Caged, o estoque de trabalhadores formais do setor da construção em agosto/2018 é de 2,07 milhões.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR UF E SEGMENTO DA CONSTRUÇÃO

Em agosto, o segmento de serviços da construção foi o principal gerador de vagas, seguido da infraestrutura e do segmento de edificações. De janeiro a agosto, o segmento de serviços da construção também foi o principal gerador de empregos, seguido pela infraestrutura e pelas edificações, mas as diferenças entre os segmentos foram bem menores. Já nos últimos 12 meses anteriores a agosto/2018 (base 12 meses), em que o saldo final é negativo, o segmento de serviços da construção foi o principal gerador de vagas, com saldo positivo de 4,7 mil vagas, enquanto a infraestrutura perdeu 9,4 mil vagas e o segmento de edificações foi o principal responsável pelo saldo negativo do período, com -23,9 mil vagas no período considerado.

EVOLUÇÃO DO SALDO MENSAL DA CONSTRUÇÃO

O saldo de empregos formais da construção em agosto de 2018 cresceu 17,3% em relação ao registrado no mês



anterior, respeitando a sazonalidade para o mês. A tendência é de saldo positivo em setembro/2018, mas com saldos negativos nos meses de outubro, novembro e dezembro. Até junho, os indicadores apontavam para uma recuperação gradual com aceleração da atividade, mas com a divulgação fraca do Produto Interno Bruto (PIB) e o ritmo ainda modesto do emprego (diante de tudo que se perdeu ao longo da crise), já se estima que o setor encerre o ano desacelerando e com resultado final negativo, de atividade e geração de emprego próximo de “zero”.

DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS DA CONSTRUÇÃO PELO BRASIL

No Brasil, o maior número de vagas geradas, em termo absolutos, foi verificado na região Sudeste (5.896) e em termos relativos (em relação ao estoque anterior), na região Norte (1,86%), puxado pelo Estado do Pará (1.986 vagas) e reduzido por Roraima, que registrou saldo negativo de 26 ocupações. No Nordeste, os Estados do Maranhão, Piauí, Alagoas e Sergipe registraram perda de vagas. Na região Sul, o Rio Grande do Sul também registrou perda de 43 empregos e no Centro-Oeste o saldo negativo ficou por conta do Distrito Federal (-417).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Caixa passa a cobrar menos juros para financiamento imobiliário

Veículo: Em Tempo

Data: 24.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d.emtempo.com.br/economia/121759/caixa-passa-a-cobrar-menos-juros-para-financiamento-imobiliario>

Caixa passa a cobrar menos juros para financiamento imobiliário

Avaliação de imóveis também vai mudar a partir do fim deste ano

AGÊNCIA BRASIL | 24 de setembro de 2018 - 08:42



A redução vale para imóvel de até R\$ 1,5 milhão | Foto: Divulgação

Começam a valer nesta segunda-feira (24) as novas taxas de juros de financiamento imobiliário da Caixa Econômica Federal.

No último dia 14, o banco informou que reduziu em 0,75 ponto percentual as taxas de juros do crédito para compra de imóveis enquadrados no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).

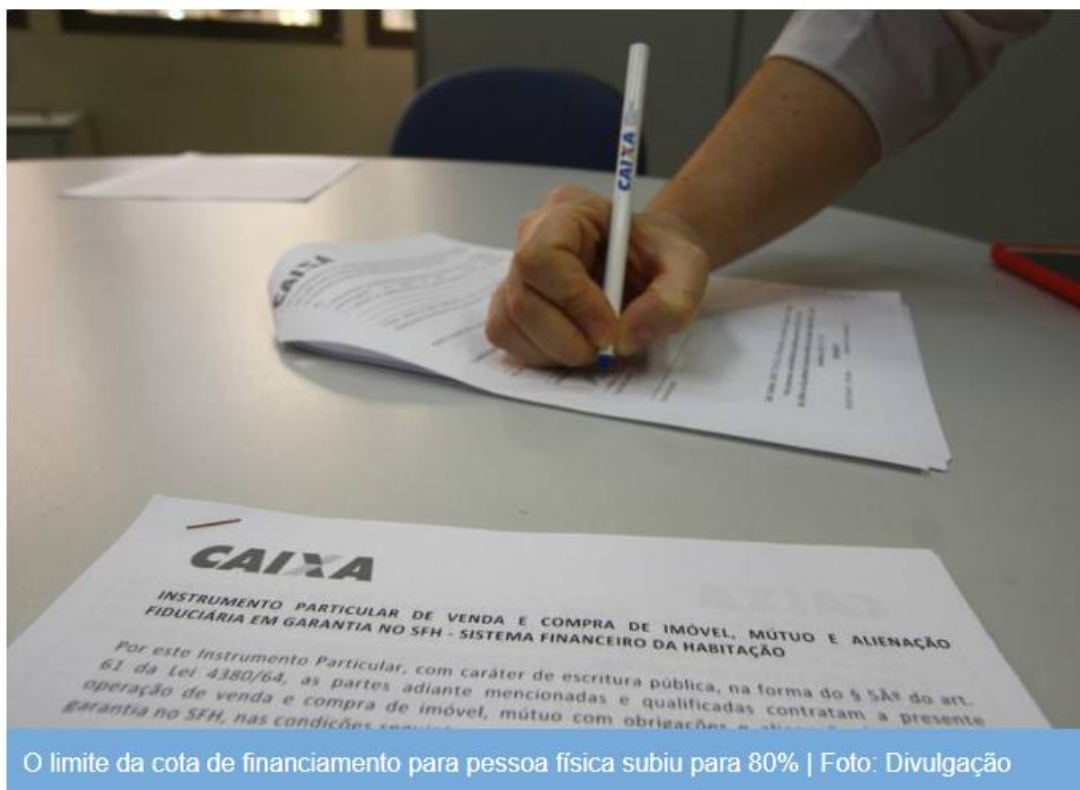
A redução vale para imóvel de até R\$ 1,5 milhão. As taxas mínimas do SFI passam de 9,5% ao ano para 8,75% ao ano. E a taxa máxima cai de 11% para 10,25% ao ano.

A Caixa também informou que, a partir de novembro, oferecerá um novo serviço de avaliações de imóveis, disponibilizando laudo diretamente para pessoas físicas e jurídicas.

Segundo o banco, o Caixa Avalia é uma plataforma que vai permitir a venda de avaliações pelo site com contratação 100% digital.

Reduções de juros

Em abril, a Caixa reduziu em até 1,25 ponto percentual as taxas de juros do crédito imobiliário para operações com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).



O limite de cota de financiamento do imóvel usado subiu de 50% para 70%. A Caixa também retomou o financiamento de operações de interveniente quitante (imóveis com produção financiada por outros bancos) com cota de até 70%.

Em julho, o banco reduziu em média de 1 a 2 pontos percentuais ao ano as taxas do crédito imobiliário para pessoa jurídica.

Em agosto, promoveu uma redução de até 0,5 ponto percentual das taxas de juros do crédito imobiliário para operações com recursos do SBPE.

O limite de cota de financiamento de imóveis usados para pessoa física subiu de 70% para 80%.

A Caixa tem R\$ 85 bilhões disponíveis para o crédito habitacional este ano. No primeiro semestre, foram contratados mais de R\$ 40 bilhões.

O banco tem cerca de 70% das operações para aquisição da casa própria.

Operado com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o SFH financia imóveis de até R\$ 800 mil em todo o país, exceto para Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, onde o teto corresponde a R\$ 950 mil.

Os imóveis residenciais acima dos limites do SFH são enquadrados no SFI, que financia imóveis com recursos de poupança.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Retomada do mercado imobiliário necessita de melhor acesso ao crédito e segurança jurídica

Veículo: CBIC Mais

Data: 21.09.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_157.pdf

RETOMADA DO MERCADO IMOBILIÁRIO NECESSITA DE MELHOR ACESSO AO CRÉDITO E SEGURANÇA JURÍDICA

*SEM RECURSOS, PRÓXIMO GOVERNO PODERÁ CONTAR DE IMEDIATO COM A GRANDE
CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO*



Faenge Blog

Apesar de toda a dificuldade, o Brasil tem alguns fatores positivos que podem ser determinantes para a recuperação. Além de ter uma economia interna forte, autossustentável e balança comercial positiva, o País tem reservas que são uma boa proteção a ataques especulativos.

Nesse contexto, a construção civil pode contribuir e muito, porque é um setor que gera empregos e movimentação toda a economia, direta e indiretamente. O próximo governo vai depender do setor, porque não tem recursos. Vai precisar do setor privado. Para isso, terá que dar condição jurídica, de crédito e elaborar planejamento em que as empresas possam confiar, não só as empresas brasileiras, mas também investidores estrangeiros.

Além da crise econômica e política, com todas as dificuldades a elas inerentes, o setor tem se deparado com problemas que surgem com frequência, tomando muito tempo e energia das empresas na busca por soluções,

como as questões de distratos, cobrança de comissão em apartado, mudanças em planos diretores urbanísticos, questões relativas ao IPHAN, além de constantes ataques ao FGTS.

Nesse sentido, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) está trabalhando junto a todos os candidatos à Presidência do País, pedindo segurança jurídica e melhoria na concessão de crédito a todos os presidenciáveis e também com o Banco Central e a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), visando encontrar um caminho para solucionar os diversos problemas que os empresários estão enfrentando, no que diz respeito ao crédito imobiliário e parcerias com os bancos.

O mercado imobiliário tem muito ainda para crescer. Apesar da sua importância na economia, a participação do crédito imobiliário no Produto Interno Bruto (PIB) ainda é muito pequena, se comparada a outros países, como mostra mapa elaborado pela Abecip.



A inflação e os juros controlados são muito importantes para o crescimento do mercado imobiliário, mas é necessário trabalhar na melhoria da concessão de crédito, para que as empresas voltem a fazer lançamentos.

O mercado já vem dando sinais de reação que será mais percebida durante o ano de 2019.

Desde 2016, a CBIC faz um acompanhamento do mercado imobiliário Nacional.

Percebe-se um aumento nos lançamentos, porém menor que o aumento nas vendas, com consequente

diminuição da oferta. Observando a série histórica, verifica-se uma redução intensa na oferta, a cada seis meses. A oferta de imóveis existente no final do 2º trimestre de 2018 acaba em 12 meses, se for mantida a média de vendas do trimestre.

Por outro lado, o segundo trimestre de 2018 atingiu o maior patamar em vendas da série histórica. A construção civil, assim como o mercado imobiliário, tem hoje uma grande oportunidade para crescer, porque muitos brasileiros ainda não compraram seu primeiro imóvel. Os recursos da caderneta de poupança estão voltando. Existe um grande déficit habitacional e demanda.

A nova resolução do Bacen poderá abrir possibilidades novas. A expectativa é de que efetivamente funcione. Espera-se a criação de novos produtos pelos bancos.

A tendência é de retomada do mercado imobiliário, mas para tanto é necessário melhorar o acesso ao crédito, para possibilitar novos lançamentos.

É muito importante também preservar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), porque seus recursos aplicados em habitação, infraestrutura e saneamento, acabam se traduzindo em emprego, geração de impostos e de renda, retroalimentando o próprio sistema.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Setor da construção discute melhorias no Minha Casa, Minha Vida, distrato, MP das Santas Casas e aumento do preço do asfalto com governo federal

Veículo: CBIC Mais

Data: 20.09.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC-HOJE-20.09.2018.pdf>

Setor da construção discute melhorias no Minha Casa, Minha Vida, distrato, MP das Santas Casas e aumento do preço do asfalto com governo federal



Foto: Marcos Corrêa-PR



Foto: Marcos Corrêa-PR / Foto: Claubert Cleber Caetano-PR

Representantes do setor da construção, reunidos nesta quinta (20/09), no Palácio do Planalto, em Brasília, com o presidente da República, Michel Temer, apresentaram alguns temas considerados importantes para o setor e que aguardam posicionamento do governo. "Vamos ver nos próximos dias as medidas que poderão ser tomadas", destacou o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. Dentre eles, distrato; melhorias no programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV); MP das Santas Casas, no que se refere ao desembolso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e aumento excessivo do preço do asfalto, que está paralisando obras por todo o País.

O encontro contou com a participação do ministro das Cidades, Alexandre Baldy; do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; do ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), Esteves Colnago; do presidente da Caixa Econômica Federal Interino, Arno Meyer; dos secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do MPOG, Pedro Capeluppi e Julio Alexandre Menezes da Silva; do vice-presidente de Habitação da Caixa, Paulo Antunes; do ministro de Estado do Trabalho, Caio Vieira de Mello; e da secretária Nacional de Habitação Ministério das Cidades, Maria do Socorro Gadelha Campos de Lira. Além da CBIC, também participaram do encontro representantes da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) e do Sindicato da Habitação (Secovi-SP); do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), e da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-RJ).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: TCU e CBIC retomam diálogo e debatem gargalos que envolvem a execução de obras públicas no país

Veículo: CBIC Mais

Data: 21.09.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC_newsletter_157.pdf

TCU E CBIC RETOMAM DIÁLOGO E DEBATEM GARGALOS QUE ENVOLVEM A EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO PAÍS

OBJETIVO FOI IDENTIFICAR AS CAUSAS DAS PARALISAÇÕES DAS OBRAS E FORMAS DE COMBATÊ-LAS



Representantes do setor da construção e auditores fiscais, durante Diálogo TCU/CBIC, em Brasília

Buscando melhorar o desenvolvimento da infraestrutura e destravar obras paralisadas no Brasil, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Tribunal de Contas da União (TCU) abriram uma nova rodada de diálogo para buscar soluções que permitam a plena execução de obras no País. O encontro Diálogo TCU/CBIC discutiu temas e iluminou conceitos que muitas vezes impedem a realização de obras no País. Foram debatidos, por exemplo, sobrepreço e superfaturamento; aditivos contratuais, compensações entre acréscimos e supressões em obras públicas e feitos e custos de paralisação de obras financiadas

com recursos federais. "Tenho certeza de que esse evento terá bons resultados para o futuro do nosso País", declara o presidente da CBIC, José Carlos Martins, ao defender a importância da retomada desse diálogo, onde foram discutidos assuntos extremamente delicados, de forma transparente, e que pode ser conferido no Facebook @CBICBrasil, [clikando aqui](#).

O encontro Diálogo TCU/CBUC é um importante vínculo produtivo criado nos anos de 2013 e 2014, quando foram realizados debates nas cinco regiões do País, nas cidades de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Porto Alegre

PH Freitas/CBIC



José Carlos Martins, presidente da CBIC, durante o Diálogo TCU/CBIC

(RS), Goiânia (GO) e Belém (PA). Fruto dessas reuniões técnicas foi atualizada a [Cartilha TCU – Manual de fiscalização de obras do País, denominado Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas](#), que unificou o entendimento do tribunal sobre os principais questionamentos do setor, vigente até hoje e com grande utilidade nos diversos campos da infraestrutura. “O encontro foi muito positivo, na medida em que reabrimos o ciclo de debates entre as construtoras e o órgão que fiscaliza as obras públicas, traduzindo o desejo de cooperação mútua entre o setor e o tribunal”, comemora o presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, sobre o debate técnico franco, aberto e construtivo que tratou dos gargalos que envolvem a execução de obras públicas de infraestrutura do País, realizado ontem (20/09) pela COP/CBIC, em correalização com o Senai Nacional, no auditório da Escola Superior do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília.

Ao debater temas como sobrepreço e superfaturamento nas obras; aditivos contratuais, e paralisações de obras, ficou clara a convergência de objetivos entre a CBIC e o TCU para identificar não somente as causas que originaram as 7.160 obras paralisadas no País (segundo estudo da CBIC) e o desperdício e mau uso de



Nicola Espinheira da Costa Khoury, coordenador geral da Comissão de Infraestrutura do TCU (Coinfra), durante o diálogo técnico no TCU

recursos públicos, mas, sobretudo, formas de como atuar nos seus principais fatores, como os da má qualidade dos projetos e das obras e da irresponsabilidade da Administração Pública de colocar em concorrência obras sem recursos financeiros suficientes, para combatê-los.

O setor apresentou aos auditores do tribunal a realidade empresarial de quem administra o contrato, vive a licitação e o dia a dia dos canteiros de obra. Ao reconhecer a importância de gabaritos para a classificação e verificação das obras, o presidente da COP/CBIC alertou que os empreendimentos têm características específicas que nem sempre se encaixam ao padrão do TCU, o que tem gerado inúmeras paralisações.

SOBREPREÇO

Ao esclarecer que, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o órgão fiscalizador é responsável por recomendar, mas quem paralisa as obras é o Congresso Nacional, Nicola Espinheira da Costa Khoury, coordenador geral da Comissão de Infraestrutura do TCU (Coinfra), apontou como uma das causas da paralisação o sobrepreço, que decorre de um preço superior ao de mercado (Sistema de Custos



Da esquerda para a direita: Evaristo Augusto Pinheiro, presidente do Sinicon; advogado e consultor Fernando Vernalha, e Luiz Fernando Ururahy de Souza, da Secretaria de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil do TCU no Diálogo TCU/CBIC, em Brasília

Referenciais de Obras – Sicro e Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil - Sinapi).

Sobre os sistemas de referência de preços, disse que eles não têm a pretensão de exaurir e retratar 100% todos os serviços que existem no País, mas são referências a serem usadas pelos gestores e cabe ao orçamentista fazer a análise do caso concreto. “O tribunal não tem nenhuma determinação de que não pode mudar o sistema e a composição. É possível mudar, desde que, motivadamente, se adapte ao caso concreto”, disse.

Nicola Khoury reforçou que “é razoável que quando se pense em preço, o que vale para um lado, vale para outro. A empresa pode ter ganhos no contrato, mas também terá que arcar com prejuízos”, disse. Segundo ele, se houver exagero na precificação de itens do projeto pelo agente público na licitação, o TCU vai atuar mesmo que o contrato já esteja assinado.

Evaristo Augusto Pinheiro, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), mencionou a importância do órgão fiscalizador reforçar sua atuação na fase de planejamento do projeto e de preparação das obras públicas, origem de grande parte dos problemas.

Já o consultor da CBIC sobre infraestrutura, Fernando Vernalha, salientou que, em muitos momentos, a atuação do órgão de fiscalização é excessiva em relação ao controle dos preços. “As decisões são muito rigorosas e há um entendimento de que a mera discrepância entre o preço da proposta e das tabelas de preços configura sobrepreço e obriga o contratado a devolver os valores, mesmo depois do contrato assinado”, diz.

ADITIVOS CONTRATUAIS

Durante o debate, “ficou claro que aditivo é válido e deve ser considerado quando justificadamente necessário no projeto”, ressalta o presidente da COP/CBIC, completando que “é preferível aditar um contrato, do ponto de vista da defesa do erário público, do que suspender uma licitação”.

“Do ponto de vista do tribunal, o aditivo não é considerado ilegal. Ele é necessário – tanto que a lei previu –, porque os projetos não são completos. Eles precisam, eventualmente, de algum ajuste necessário”, avaliou Luiz Fernando Ururahy de Souza, da Secretaria de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil.



Da esquerda para a direita: Luiz Fernando Santos Reis, presidente da Aeerj; Bruno Martinello Lima, dirigente da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana, e José Eugênio Gizzi, vice-presidente da CBIC, no Diálogo TCU/CBIC, em Brasília

Para Luiz Fernando Santos Reis, presidente da Associação de Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro (Aeerj), a base de toda a adversidade para que hajam aditivos está na inadequação dos projetos. “Se houver um projeto bem feito, não haverá problemas. O problema está na falta de planejamento e de um banco de projetos”, mencionou.

Já Fernando Vernalha questionou a interpretação restritiva do órgão fiscalizador às mudanças, por um apego à licitação, especialmente em função do nível de detalhamento dos projetos gerados pela Administração Pública.

PARALISAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS

Bruno Martinello Lima, dirigente da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana, destacou a importância de atacar as causas da paralisação de obras. “Enquanto estivermos atuando nas consequências, estaremos apenas enxugando gelo”, disse. Como diagnóstico das obras paralisadas, apontou os sobrepreços e superfaturamento, atrasos sistêmicos e projetos deficientes, destacando que a gestão de obras públicas no País é

deficiente. Para mudar essa realidade, mencionou a necessidade de melhorar a governança.

Na visão do vice-presidente da CBIC, José Eugênio Gizzi, as principais causas das obras paralisadas são: qualidade insuficiente de projetos; apontamento de irregularidades pelo TCU; temor de agentes públicos; exigências editalícias incompatíveis com complexidade das obras; preços contratuais inexequíveis; falta de licenciamentos e desapropriações; falta de pagamentos; desequilíbrios contratuais; baixa produtividade, e inviabilidade da obra ou da empresa. Gizzi propôs maior atuação do TCU nas causas das paralisações; análise das consequências da não realização da obra no tempo previsto, e apuração para sanar irregularidades sem paralisar obras.

Sobre os próximos passos, o presidente da COP/CBIC reforçou que a aproximação entre o setor da construção e o tribunal vai continuar. “Vamos fazer um ciclo de debates ao longo de 2019, que resultará na melhoria do desenvolvimento da infraestrutura no Brasil, que é o desejo de todos nós”, disse.

Mais noticias

CBIC Mais

[Informativo da Indústria da Construção Newsletter :: Edição 157:: 21/09/2018](#)

Nova Post

[Tecnologia intensifica transformação no mercado de imóveis](#)

O Globo

[Fundos imobiliários: é uma boa hora para comprar ou vender?](#)

AGENDA

Novembro

22 | Seminário Nacional da Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição 2018

SEMINÁRIO NACIONAL ABRECON 2018
RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA
CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

às 08h
22/NOV

**PARTICIPE DO
MAIOR EVENTO
DE RCD DO BRASIL**

Junto a Waste Expo 2018,
no Centro de Exposições Pro Magno
em **São Paulo - SP**

NATIONAL SEMINAR OF
CONSTRUCTION AND
DEMOLITION WASTE IN BRAZIL

